

# **A DEMANDA POR EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO: A PERSPECTIVA DAS FAMÍLIAS DE UM ASSENTAMENTO RURAL DO CARIRI PARAIBANO**

Wanessa Maciel Ferreira da Silva – Mestranda  
Fernanda de Lourdes Almeida Leal – Orientadora

*Programa de pós-graduação em Educação (PPGEd-UFCG) – wa\_maciel@hotmail.com/  
fernandalealufcg@gmail.com.*

## **Resumo**

A presente pesquisa destaca a Educação Infantil do Campo como sendo aquela que está inserida num contexto de lutas, desafios e impasses. Conquistas legais caminham na direção da garantia do direito à educação das crianças pequenas residentes das áreas rurais do país. Oferta, qualidade da oferta e demanda, reconhecendo especificidades relativas à infância e à cultura destes sujeitos, são caminhos a serem trilhados na garantia desse direito. O objeto de estudo desse trabalho, que está em desenvolvimento no Mestrado Acadêmico em Educação da UFCG, tem como eixos fundamentais as crianças camponesas, seu direito à Educação Infantil e a perspectiva de suas famílias. Interessa-nos conhecer o que pensam as famílias dessas crianças sobre a oferta de Educação Infantil em seus próprios contextos. Este trabalho baseia-se nos estudos dos autores Leal e Ramos (2012), Silva e Pasuch (2010), Rosemberg e Artes (2012), dentre outros e também na análise de documentos primordiais para subsidiar o tema, tais como: Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002), Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2009), Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura para Instituições de Educação Infantil (2006), dentre outros. Ainda estamos realizando uma pesquisa exploratória inicial numa escola do campo situada em um assentamento do cariri paraibano, no qual a demanda já está posta, e nossa pesquisa buscará compreender que elementos estão acionados e articulados nessa realidade para que essa demanda tenha se convertido em uma oferta da maneira em que aquelas famílias da comunidade pesquisada esperam.

**Palavras-chave:** Educação Infantil do Campo, Demanda/oferta, Infâncias do Campo, Direito à Educação, Assentamento rural.

## 1. Introdução

A Educação Infantil do Campo (EIC) é uma questão recente, porém as crianças do campo não vivem essa realidade de ausência de uma Educação Infantil de qualidade há pouco tempo. O que se tem agora é um reconhecimento dessa realidade. Segundo Rosemberg e Artes (2012), as ações políticas, práticas e sociais concernentes às crianças pequenas são marcadas por um passado antidemocrático, no qual legalmente esse período da escolarização é reconhecido por Lei apenas na Constituição Federal de 1988, que já apontava a obrigatoriedade do Estado para com a educação de crianças, na época até seis anos de idade, garantindo que os pequenos fossem educados e cuidados em creches e pré-escolas.

Direito este também reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases – LDB (1996), que representou um grande avanço em relação à Educação Infantil. Ela, somada a outros documentos complementares, é base para todo trabalho pedagógico com as crianças pequenas, e, juntos, são responsáveis por nortear, nos mais diversos âmbitos, o caminho para se chegar a uma Educação Infantil de qualidade e acessível a todos. Os artigos 29º e 30º descrevem sobre a Educação Infantil e suas condições de oferta, afirmando que:

Art. 29º. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30º. A educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Nesse sentido, as instituições de Educação Infantil devem estar qualificadas nos mais diversos aspectos para acolher as crianças, dando-as segurança e garantindo-lhes um ambiente acolhedor, que propicie o desenvolvimento de habilidades sociais, o lugar para a emoção, para o gosto, para as descobertas, enfim, para o desenvolvimento pleno desse sujeito em formação que requer múltiplos cuidados.

Porém, o grande paradoxo levantado pelas autoras supracitadas revela que as políticas sociais para as crianças brasileiras estão fortemente tensionadas entre uma legislação avançada e um cenário de desigualdades de acesso aos bens materiais e as riquezas nacionais para os mais diversos grupos sociais, o que dificulta, na prática, o reconhecimento e usufruto do direito de plena cidadania de crianças de até seis anos de idade.

Nesse sentido, as estudiosas apontam e denunciam uma disparidade entre o legal e o real, quebrando com a premissa descrita na Constituição, que reconhece que a família, o Estado e a sociedade devem assegurar educação à criança e ao adolescente com absoluta prioridade (ROSEMBERG; ARTES, 2012).

Alguns aspectos contribuem para a Educação Infantil brasileira ser marcada por desigualdades de direitos associadas à idade, tais como poucos recursos destinados à mesma, pouca clareza da sociedade sobre a infância e suas especificidades, considerando-a apenas uma etapa preparatória para o ensino fundamental, a perpetuação da lógica da pobreza por meio das políticas públicas, principalmente concernentes às crianças de grupos menos favorecidos, como as crianças camponesas. No que tange a estas últimas, segundo o documento Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002), as políticas educacionais instituídas tendem a tratar as práticas pedagógicas urbanas como parâmetro e o campo como adaptação. Por isso, é urgente almejar mudanças estruturais, ampliando o reconhecimento social das crianças pequenas, de seus direitos, de sua cidadania.

Também nessa perspectiva, a pesquisa realizada por Rosenberg e Artes (2012) apontou que há melhores indicadores da oferta em estabelecimentos de Educação Infantil localizados em área urbana, quando comparados aos localizados em área rural e que, ainda, os estabelecimentos localizados nas regiões norte e nordeste apresentam os piores resultados.

Este dado, que revela condições ainda mais desfavoráveis no que tange à qualidade da oferta, pôde ser verificado em pesquisa qualitativa realizada em escolas que atendem crianças de 3 a 5 anos, residentes em área rural, em seis municípios da região nordeste (LEAL; RAMOS, 2012). Nesta pesquisa, foram identificadas situações muito precárias nas condições de infraestrutura dos estabelecimentos de Educação Infantil. Em dois dos municípios pesquisados, as instituições educacionais que atendem crianças pequenas em área rural não apresentavam condições suficientes para garantir o abastecimento de água e o armazenamento e coleta de lixo.

As autoras exibiram uma correlação entre a precariedade das condições de infraestrutura destas instituições e a própria demanda por Educação Infantil por parte das famílias das crianças. Também, ressaltaram que os espaços físicos, considerados precários na pesquisa realizada, não devem ser entendidos como desvinculados daquilo que eles proporcionam ou podem proporcionar em termos pedagógicos.

Diante do exposto, o documento Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura para Instituições de Educação Infantil (2006) afirma que, “A criança deve cada vez mais apropriar-se do ambiente. As áreas de brincadeira deverão oferecer segurança, sem serem limitadoras das possibilidades de exploração do universo infantil” (BRASIL, 2006, p. 27).

No que tange à concepção pedagógica direcionada as escolas do campo, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (2002) e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2009) defendem que esta deve considerar a especificidades culturais das famílias das crianças em suas práticas, adequando-as à vida do campo, tratando este como mais do que um perímetro não-urbano, e sim como um lugar de possibilidades que dinamiza a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social. Pensamento que corrobora com a afirmação de Silva e Pasuch (2010) ao afirmarem que se deve pensar em creches e pré-escolas não apenas com a cara do campo, mas também com o “corpo e a alma” do campo, “com a organização dos tempos, atividades, e espaços vinculados às formas de organização de vida de seus povos”, incorporando e valorizando, deste modo, os saberes e experiências da comunidade na qual a criança está inserida.

Uma instituição educacional constituída nesses moldes deve influenciar a demanda. Ao contrário, também, pode inibi-la. Ou seja, a demanda tem uma forte relação com a qualidade da oferta. Conhecer as demandas da família é um passo na direção de saber como elas veem a instituição que oferta educação para seus filhos.

A concepção de campo aqui defendida não é a romantizada, mas aquela na qual cabem conflitos, tensões e lutas que mobilizam forças econômicas, sociais e políticas. O movimento de conhecer a demanda das famílias que moram no campo por uma Educação Infantil para seus filhos pequenos deve se inserir nessa perspectiva.

Levantar e conhecer as demandas das famílias que moram em área rural por Educação Infantil para suas crianças apresenta-se, aqui, como uma contribuição ao conhecimento dessa realidade que, como dissemos, é antiga, mas é recente no que toca ao tratamento pelo Estado e suas políticas e pela academia e a construção do conhecimento.

Na direção de compreender o que pensam as famílias que moram em área rural sobre uma Educação Infantil para os seus filhos apresentamos esse projeto. A escuta das famílias é indispensável para analisar a demanda real que se apresenta na Educação Infantil de crianças camponesas. Escutá-las, uma vez que, em geral, não são ouvidas, será um importante caminho que tentaremos trilhar no sentido de contribuir com outras pesquisas que também se interessam em levantar a demanda que, muitas vezes, não é explicitada, pois quase não há registros do que querem as famílias para a educação de suas crianças pequenas e como querem que ela se realize.

Assim como a Educação Infantil do Campo é recente enquanto problema a ser enfrentado pelas políticas e práticas pedagógicas, também a geração de conhecimento por meio de pesquisas sobre essa realidade ainda está em processo. A investigação sobre a demanda por

parte das famílias se insere nesse objetivo de desvelar uma realidade para além dos discursos oficiais.

Nesse sentido, pretendemos compreender o que pensam as famílias sobre a educação de suas crianças pequenas, desde a creche até a pré-escola? Elas conhecem esse direito? O que pensam sobre as instituições que ofertam educação para as crianças pequenas em seus municípios? Por quais motivos essas famílias, muitas vezes, preferem não levar suas crianças para as instituições de ensino adequadas?

Vale salientar que, como defendem Silva e Pasuch (2010), é necessário lembrar, valorizar e reconhecer o movimento de lutas dos povos do campo por uma educação que destaque seu protagonismo no processo de construção do conhecimento.

Segundo Albuquerque e Fernandes (2012), para compreender o direito das crianças à educação em espaços coletivos é necessário levar em consideração as demandas das famílias, a oferta de qualidade em instituições públicas, a diversidade do contexto em que vivem, bem como suas lógicas e culturas. Então, como construir uma política de educação para as crianças pequenas que dê conta da realidade e necessidades das famílias? Como essa questão está articulada aos direitos das crianças à educação infantil?

Portanto, ao problematizar a questão do direito à educação, no contexto da obrigatoriedade da creche e da pré-escola, estaremos atentando para os aspectos educacionais, culturais e políticos que estão envolvidos na demanda das famílias pesquisadas na região do Cariri Paraibano.

No que concerne aos sujeitos participantes da pesquisa, reconheceremos as vozes das famílias, principalmente, mas também de alguns dos sujeitos participantes da educação e do cuidado das crianças pequenas do campo, para tentar compreender o que pensam sobre a Educação Infantil destas crianças, e como eles podem contribuir para que as mesmas tenham acesso a uma educação de qualidade que atenda às suas necessidades educacionais.

Tendo em vista as contradições que estão na base da demanda por Educação Infantil para crianças residentes no campo, que envolvem, de um lado, representantes de órgãos responsáveis pela oferta e sua afirmação de que não há demanda por parte das famílias, e, de outro, a perspectiva das famílias quanto a essa questão, muitas vezes não coincidente com a versão dos referidos representantes, faz-se importante investigar em que reside as bases dessas contradições. Tal aspecto ficou claro na pesquisa realizada por Leal e Ramos (2012), que também enfrentou essa questão da demanda pelas famílias por Educação Infantil no contexto rural. As autoras afirmam que:

Tal constatação aponta para o fato de que os municípios pesquisados não ofertam atendimento para os bebês de 0 a 2 anos. Nas falas dos representantes de secretarias municipais de M3 e M4, justifica-se tal ausência pela resistência das famílias em matricular crianças com menos de 3 anos em creches. O que foi observado pelos pesquisadores, no entanto, é que não existem efetivamente condições para o atendimento de crianças de 0 a 3 anos em áreas rurais, devido à ausência de creches, com infraestrutura e proposta pedagógica adequadas a essa faixa etária, nessas áreas.

Nessa perspectiva, esta pesquisa propõe conhecer versões sobre a demanda, com ênfase na versão de famílias que residem em contexto rural em um determinado município do estado da Paraíba. O município será escolhido na relação com os resultados da pesquisa do CNPq da qual participamos e citamos anteriormente, mediante critérios, como: existência de oferta de Educação Infantil no contexto de uma escola do campo e concordância das famílias em participar da pesquisa.

## **2. Metodologia, Resultados e discussão**

No que concerne aos aspectos metodológicos, a pesquisa a ser realizada será de cunho qualitativo que, segundo Ludke e André (1986), caracteriza-se por buscar o ambiente natural como fonte direta de dados, tendo o pesquisador como seu principal instrumento. Os dados coletados serão predominantemente descritivos, cuja preocupação está no processo, na importância do significado que os sujeitos dão as coisas e à sua vida, e por último na análise dos dados, por um processo indutivo. (p.11-13).

Em conformidade com os autores supracitados, Weller e Pfaff (2013) fomentam a necessidade do rigor e cuidado investigativo para que a pesquisa qualitativa em educação possua uma credibilidade e legitimidade, afirmando que:

Não podemos abrir mão do compromisso da produção de conhecimentos confiáveis se queremos que tenham impacto sobre a situação educacional do nosso país [...] Nesse sentido, a busca de relevância e do rigor nas pesquisas é também meta política.

De mesmo modo, serão realizadas observações da instituição de Educação Infantil existente no contexto rural do município investigado, bem como entrevistas com familiares de crianças que residem em área rural que estão na faixa etária de frequentar a Educação Infantil (estando elas frequentando ou não a referida instituição) e com gestores da educação do município e professores da escola que oferta Educação Infantil no contexto rural deste município. A pretensão é construir e manter laços sólidos entre nós e todos os envolvidos na

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

pesquisa, além do respeito efetivo que será dado a todos os sujeitos pesquisados, para que a pesquisa seja realizada levando em consideração o todo integrado das instituições pesquisadas – família e instituição educacional - e não apenas uma fragmentação desse espaço (BOGDAN, 1994).

As observações serão anotadas num caderno de campo e as entrevistas gravadas e transcritas. Estas serão semi-estruturadas. Segundo Ludke e André (1986), a entrevista semi-estruturada “se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações”. O objetivo central é conhecer a demanda dos sujeitos pesquisados por Educação Infantil para as crianças pequenas que residem em contexto rural.

Consoante a afirmação dos pensadores citados, Moreira e Caleffe (2008) enfatizam a importância do pesquisador planejar com detalhes as entrevistas que serão aplicadas em campo, levando sempre consigo a guia de entrevista, considerando aspectos pertinentes para que esse método de coleta de dados seja eficiente, tais como: determinar as questões gerais e específicas da pesquisa, elaborar as perguntas da entrevista, colocar as perguntas em sequência, preparar a introdução e o encerramento da entrevista, aplicar o teste-piloto levando em conta a seleção adequada dos participantes, os métodos de registrar a entrevista e a situação da entrevista. Coordenadas estas que pretendemos seguir na realidade pesquisada com vistas a um levantamento de dados com qualidade e rigor científicos.

Também pretendemos fazer uso de questionários aplicados aos sujeitos pesquisados que, como defendem os estudiosos mencionados, pode ser definido como “documentos que contêm um número de perguntas às quais os respondentes terão que responder. Eles talvez terão que marcar nos espaços, escrever opiniões ou colocar opções em ordem de importância”.

Do ponto de vista ético, buscaremos ter, ao longo de toda a pesquisa, postura adequada e respeitosa com os sujeitos envolvidos, realizando com eles acordos que sejam avaliados como positivos para todas as partes envolvidas. A aceitação das famílias e da própria secretaria de educação do município a ser investigado será condição fundamental para a escolha do campo de pesquisa – município no qual a pesquisa será desenvolvida. Buscaremos, igualmente, apresentar o problema a ser estudado, bem como a perspectiva teórico-metodológica adotada, para que a exploração da temática abordada seja feita de maneira clara e bem fundamentada. (CRUZ NETO, 2004 p. 54-56)

Essa pesquisa se caracteriza como um estudo de caso visto que, segundo Martins e Theóphilo (2007) tal estudo possibilita uma “penetração na realidade social” de maneira profícua. Pensamento este que reverbera com o que defende André (2013) ao de

de caso como sendo aquele que busca “focalizar um fenômeno particular, levando em conta seu contexto e suas múltiplas dimensões. Valoriza-se o aspecto unitário, mas ressalta-se a necessidade da análise situada e em profundidade”

Nessa perspectiva, nossa pesquisa, atualmente, encontra-se em estado exploratório, ou como defendem Bogdan e Biklen (1991), no momento nos encontramos na “extremidade mais larga do funil” pois estamos no início do estudo, pensando sobre questões pertinentes ao nosso objeto, refletindo sobre nosso planos e ideias iniciais para a realidade que iremos pesquisar, conscientes que, com o tempo e a ida à campo mais vezes, iremos delimitar melhor a nossa área de trabalho e que iremos tomar essa decisões de maneira coerente ao contexto, aos sujeitos envolvidos na pesquisa e a fonte de dados que iremos estudar.

Consideramos fundamental problematizar algumas noções que devem ser esclarecidas para que, por meio delas, possamos apresentar e confrontar os dados obtidos nos estudos recentes com o que, atualmente, é consenso nas áreas da Educação Infantil e da Educação do Campo, no que diz respeito às concepções de criança, infância e infância do campo, Educação Infantil, campo, Educação do Campo, Educação Infantil do Campo e demanda,.

Com base nos estudos de Salles e Faria (2012), compreendemos criança como um cidadão de direitos que, a despeito de qualquer aspecto, possui, legalmente, direitos inalienáveis que são iguais para todas as crianças. Em concordância com esse aspecto as DCNEI (2009), definem que a criança é um:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Defendemos uma concepção que reconhece o que é específico da infância, seu poder de imaginação, fantasia, criação, mas entende as crianças como cidadãs, pessoas que produzem cultura e são nela produzidas, que possuem olhar crítico que vira do avesso a ordem das coisas, subvertendo essa ordem. (KRAMER, 1999)

Concernente às infâncias do Campo, ressaltamos a pluralidade envolvida nesse contexto. Falamos da diversidade das infâncias brasileiras atreladas a um campo que também se configura como diverso, destacamos que os espaços, os tempos, a maneira como as crianças camponesas vivenciam suas infâncias, apreendem sua cultura, constroem sua autoestima e suas identidades pessoais e coletivas, são ricas e peculiares. (SILVA; PASUCH, 2010)

No que tange à Educação Infantil, tomamos por base a definição da DCNEI (2009) para afirmamos que, como já foi dito anteriormente, a mesma se refere à

primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

Destacamos o campo enquanto um espaço heterogêneo, no qual existe uma enorme diversidade econômica devido à pluriatividade das famílias camponesas, do qual brotam fecundos movimentos sociais e onde se evidencia a multiculturalidade, um lugar vivo, dinâmico, inquieto e ativo. (SOARES, 2001; ARROYO, 1999)

O conceito de Educação do Campo, surge ao cenário educacional brasileiro para se contrapor à Educação Rural, historicamente permeada de preconceitos perversos e cristalizados, que estigmatizavam negativamente os sujeitos advindos do campo. Nessa perspectiva, a Educação do Campo é fruto do protagonismo e das lutas dos movimentos sociais do campo e dos sujeitos coletivos envolvidos nesse processo.

No que tange a este assunto, vale salientar que, segundo Leal (2012), para além da expressão Educação do Campo se remeter a um conceito original, ela deve ser considerada enquanto um *conceito-movimento*, o que conota um movimento dinâmico, arejado e que carrega consigo a história de diversos sujeitos ligados aos movimentos sociais do campo que juntos lutam para conseguir respostas para suas demandas coletivas num contexto de tensões.

A Educação Infantil do Campo inclui a diversidade de infâncias, povos e populações que vivem nos territórios rurais do país. Nesse sentido, sobre a quem essa educação é direcionada, a Resolução 02/2008 do Conselho Nacional de Educação, estabelece que:

Art. 1º A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.

Por se tratar de um público específico, no sentido de sua localização geográfica e de seu contato peculiar com a diversidade natural e cultural, podemos analisar os sujeitos do campo de maneira subjetiva e única, afastando-se do modelo pronto e acabado de criança universal ditado pelos processos globalizantes da sociedade moderna, nesse sentido, estamos nos

referindo à crianças, com infâncias diversas, situadas em campos distintos e igualmente ricos do território brasileiro.

O conceito de demanda, atrelado ao de oferta, na maioria das definições está ligado “a ótica quase que exclusiva da extensão de vagas disponíveis (a oferta) e a extensão da população potencialmente usuária (a demanda)” (PASUCH,2012). Entretanto, ainda consoante à mesma autora, devemos qualificar a demanda, não mais pelo acesso à pré-escola ou Ensino Fundamental, mas em relação às expectativas das famílias e da sociedade sobre a proposta pedagógica (ou político-pedagógica) adequada ou esperada, esta última entendida do modo mais amplo possível: do prédio ao tipo de mesa destinado à criança, do horário de funcionamento ao parquinho, do material pedagógico à acessibilidade, do lanche à avaliação dos procedimentos adotados no período de adaptação da criança aos processo de transição, entre outros aspectos inerentes ao fazer pedagógico.

Os resultados das nossas primeiras visitas à escola do assentamento constatamos que a existência da escola em seu interior é fruto da conquista de muitas famílias que ali residem. Na continuidade da pesquisa, buscar-se-á compreender os aspectos que estão articulados nessa realidade para que a demanda tenha se convertido em uma oferta próxima ao que as famílias esperam.

A escola está localizada em um assentamento rural no Cariri Paraibano, e opera com o sistema de multisséries (crianças de três a 12 anos de idade). Observamos que a experiência de Educação Infantil e outras etapas da Educação Básica é garantida pela luta e consciência das famílias de que seus filhos têm direito à Educação e de que esta tem que ser realizada onde eles residem. Também constatamos que a direção e professoras da escola dão forte atenção ao currículo, de modo que ele contemple a realidade da comunidade, no sentido de produzir uma relação de enraizamento entre esta e as crianças.

Percebemos uma forte vinculação entre a comunidade do assentamento, a direção e as professoras da escola e isso constituiu uma base importante para a garantia do direito à educação às crianças, que podem viver, desde a Educação Infantil, a experiência de ter respeitada a sua diversidade cultural.

### **3. Conclusões**

Concluimos, então, que o direito à Educação e, na realidade aqui enfatizada, a ausência desse direito, encontra-se atrelado à situação dos sujeitos do campo na relação com um contexto mais amplo, em que é preciso considerar vários aspectos (históricos, econômicos, sociais,

culturais) que estão ligados à ausência deste direito em sua acepção mais plena. As crianças, filhas das chamadas populações do campo, situam-se nesse contexto mais amplo e, portanto, pensar o seu processo de relação com a educação formal é, necessariamente, ter que ampliar o olhar para além da questão educacional em si. A Educação do Campo, suas ênfases na necessidade de políticas articuladas e sua compreensão de campo e de campesinato são fundamentais para se construir uma concepção de Educação Infantil voltada às crianças pequenas que constroem suas identidades no espaço do campo.

#### 4. Referências

ALBUQUERQUE, Simone Santos de. FERNANDES, Cinthia Votto. **Demanda por Educação Infantil**: apontamentos a partir dos contextos familiares na Região Sul do Brasil. In.:Oferta e demanda de educação infantil no campo / Maria Carmen Silveira Barbosa [et al.] organizadoras. – Porto Alegre : Evangraf, 2012.

ANDRÉ, Marli. **O que é um estudo de caso qualitativo em educação?**. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v.22, n. 40, p. 95-103, jul-dez.2013.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção por uma Educação Básica do Campo, n°2.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3 de abril de 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil**. Brasília : MEC, SEB, 2006. 45 p.: il. Disponível em: <file:///C:/Users/TRL/Downloads/miolo\_infraestr%20Parametros%20infraestrutura%20educacao%20infantil%20MEC.pdf > Acesso em: 15 Jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2009

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Ministério da Educação. Dez. 1996.

BOGDAN, Robert BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1991.

CRUZ NETO, Otávio. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 23º ed. Petrópolis: Vozes, 2004

KRAMER, S. **Infância e Educação**: o necessário caminho de trabalhar contra a barbárie. In: KRAMER, S. et al (org.) Infância e Educação Infantil. Campinas: Papirus, 1999.

LEAL, F. de L. A.; RAMOS, F.. Educação Infantil do Campo em foco: infraestrutura e proposta pedagógica em escolas do Nordeste. In: BARBOSA, M. C. et al. (org.). **Oferta e demanda de Educação Infantil no campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

LEAL, Fernanda de Lourdes Almeida. **Na mão e na contramão da política: a realização da política nacional de educação do campo em municípios do Cariri Paraibano**. Campina Grande, 2012. 208f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. p. 1-44 Brasil. [Lei Darcy Ribeiro (1996)].

Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Coordenação Geral de Educação Infantil. Universidade Federal do Rio Grande Do Sul. Faculdade de Educação. **Pesquisa Nacional Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural** – 2012.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

ROSEMBERG, F.; ARTES, A.. O rural e o urbano na educação para crianças de até 6 anos. In: BARBOSA, M. C. et al. (org.). **Oferta e demanda de educação infantil no campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

SALLES, Fátima; FARIA, Vitória. **Currículo na Educação Infantil**: diálogo com os demais elementos da Proposta Pedagógica. São Paulo: Ática, 2012.

SILVA, Ana Paula Soares da. PASUCH, Jaqueline. **Orientações curriculares para a Educação Infantil do Campo**. 2012, Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6675-orientacoescurriculares&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6675-orientacoescurriculares&Itemid=30192).

WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle. (org.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação**. 3. ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.